

# LINGUÍSTICA DA LIBRAS, EDUCAÇÃO BILÍNGUE, CULTURA SURDA, LEXICOGRAFIA, POLÍTICAS LINGUÍSTICAS, INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

*LIBRAS LINGUISTICS, BILINGUAL EDUCATION, DEAF CULTURE, LEXICOGRAPHY, LANGUAGE POLICIES, AND INCLUSION IN HIGHER EDUCATION*

## **Jerlan Pereira Batista**

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
Doutor em Linguística

## **Bruno Bueno Lima de Sousa**

Universidade Federal de Campina Grande, Brasil  
Letras – Libras

## **Ewerton Douglas Canuto de Albuquerque**

Universidade Federal de Alagoas, Brasil  
Mestre em Letras e linguística

## **Evely de Souza Mendonça Silva**

Universidade Federal de Alagoas, Brasil  
Mestranda em Linguística e Literatura

## **Ewerton Carlos Matos Marques**

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
Doutorando em Linguística

## **Rafael da Cunha Braga**

Instituto Federal do Espírito Santo Campus Vitória, Brasil  
Mestre em Educação em Ciências e Matemática

DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v7i6.671>

Aceito em: 06.05.2026

**RESUMO:** Este artigo discute a Linguística da Libras, a educação bilíngue, a cultura surda, a lexicografia, os sinais-termo, as políticas linguísticas e a inclusão no ensino superior, considerando a Libras como língua natural, visuoespacial e constitutiva da identidade do sujeito surdo. Parte-se da compreensão de que a Libras não se restringe a um instrumento de comunicação, mas configura-se como língua de produção de conhecimento, mediação pedagógica, pertencimento cultural e participação acadêmica. O estudo fundamenta-se em abordagem bibliográfica, com base em autores da Linguística, dos Estudos Surdos, da Educação Bilíngue e da Lexicografia em Libras. A discussão evidencia que a educação bilíngue, ao reconhecer a Libras como primeira língua do sujeito surdo e a Língua Portuguesa escrita como segunda língua, contribui para o desenvolvimento linguístico, cognitivo e acadêmico dos estudantes surdos. Também se destaca a importância da produção de glossários, dicionários e sinais-termo para a ampliação do léxico científico da Libras e para a democratização do acesso ao conhecimento no ensino superior. Conclui-se que a inclusão efetiva



de estudantes surdos exige políticas linguísticas institucionais, formação docente, materiais bilíngues, acessibilidade comunicacional e reconhecimento da Libras como língua legítima de ensino, pesquisa e produção científica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Libras. Educação bilíngue. Cultura surda. Lexicografia. Ensino superior.

**ABSTRACT:** This article discusses Brazilian Sign Language Linguistics, bilingual education, Deaf culture, lexicography, sign-terms, language policies, and inclusion in higher education, considering Libras as a natural, visuospatial language that constitutes Deaf subjects' identity. It is based on the understanding that Libras is not limited to a communication tool, but functions as a language of knowledge production, pedagogical mediation, cultural belonging, and academic participation. The study is grounded in a bibliographic approach, drawing on authors from Linguistics, Deaf Studies, Bilingual Education, and Libras Lexicography. The discussion shows that bilingual education, by recognizing Libras as the first language of Deaf subjects and written Portuguese as a second language, contributes to the linguistic, cognitive, and academic development of Deaf students. The relevance of glossaries, dictionaries, and sign-terms is also emphasized, since they support the expansion of Libras scientific vocabulary and democratize access to knowledge in higher education. It is concluded that the effective inclusion of Deaf students requires institutional language policies, teacher training, bilingual materials, communicational accessibility, and the recognition of Libras as a legitimate language for teaching, research, and scientific production.

**KEYWORDS:** Libras. Bilingual education. Deaf culture. Lexicography. Higher education.

## Introdução

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) estabeleceu-se, ao longo das últimas décadas, como um dos principais meios de afirmação linguística, cultural e educacional da população surda no Brasil. Com o reconhecimento legal alcançado pela Lei nº 10.436/2002 e a subsequente regulamentação via Decreto nº 5.626/2005, o cenário educacional passou por mudanças profundas, particularmente no que tange à educação bilíngue, aos direcionamentos de política linguística e à inclusão de alunos surdos em todas as etapas da educação formal. Nesse panorama, a Libras deixou de ser vista apenas como ferramenta de acessibilidade e ganhou status de língua natural, dotada de gramática própria e capacidade de expressar desde conceitos cotidianos até abstratos, científicos e acadêmicos, transformando-se em aspecto essencial da identidade e do patrimônio cultural surdo.

Consequentemente, as investigações linguísticas acerca da Libras adquiriram importância crescente na área da Linguística, da Educação e dos Estudos Surdos, possibilitando análises profundas sobre seus aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos e pragmáticos, enquanto sistema visuoespacial. O acúmulo de pesquisas realizadas ao longo dos últimos anos comprova que a Libras funciona através de mecanismos linguísticos sofisticados e organizados, desfazendo equívocos antigos que a reduziam a meros gestos, pantomimas ou formas primitivas de

troca comunicativa. A organização linguística da Libras obedece a uma lógica própria, sustentada em parâmetros como forma das mãos, deslocamento espacial, posicionamento, direcionamento e componentes não-manuais, que cumprem papéis similares aos que as unidades fonológicas desempenham em línguas faladas.

Sob essa ótica, o estudo linguístico da Libras representa um domínio essencial para se investigar como a língua se constitui, evolui e se transforma historicamente. Conforme indicam as análises de transformações fonológicas e renovação do acervo lexical em Libras, constata-se que a língua possui dinamismo comparável ao de outras línguas naturais, sujeita a modificações provocadas por contextos sociais, culturais, históricos e educacionais. O pesquisador Diniz (2010) observa que essas transformações linguísticas na Libras revelam sua força enquanto língua viva e sua capacidade de se adequar às exigências comunicativas de quem a usa, mostrando que os sinais passam por alterações na forma e no significado ao longo do tempo, motivadas pelas relações que se estabelecem entre as pessoas e pelas necessidades práticas de quem se comunica por ela.

O reconhecimento da Libras como língua verdadeira está intimamente ligado à valorização da experiência e dos saberes da comunidade surda e à maneira como se compreende a surdez em suas dimensões sociais e culturais. Por muito tempo, prevaleceu uma abordagem médica da surdez, que a via como problema individual e tentava “corrigir” pessoas surdas através de técnicas de oralização. Contudo, graças às mobilizações de grupos surdos e aos avanços no conhecimento linguístico, surgiu uma perspectiva diferente, em que pessoas surdas passaram a ser vistas como integrantes de um grupo com língua, valores culturais e formas de estar no mundo próprias e legítimas. Assim, a riqueza da experiência surda não se resume ao domínio da Libras, mas abarca maneiras únicas de se relacionar, de gerar e compartilhar significados, de constituir identidades e de participar ativamente da sociedade.

De acordo com Martins e Araújo (2024), não é possível separar a vivência e a consciência de si mesmo de pessoas surdas da língua de sinais, pois a Libras funciona como instrumento central através do qual se estabelecem as trocas sociais e culturais dessa comunidade. Os estudiosos enfatizam que quando a aprendizagem ocorre em duas línguas, cria-se uma base sólida para que a identidade surda se afirme e para que os alunos desenvolvam plenamente suas capacidades de pensar e se expressar, garantindo-lhes acesso à educação através da língua que naturalmente adquirem.

Dessa maneira, a abordagem bilíngue na educação emerge como estratégia pedagógica que parte do princípio de que a Libras é a primeira língua (L1) de pessoas surdas, enquanto o português na modalidade escrita funciona como segunda língua (L2). Essa orientação se afasta de práticas educacionais que buscavam apagar diferenças e cria possibilidades mais apropriadas para que alunos aprendam, respeitando as particularidades de como processam a informação linguística. Conforme observam Fernandes e Moreira (2017), o crescimento do número de estudantes surdos que ingressam em universidades tem provocado a necessidade de adaptar

e reorganizar as instituições, especialmente no que se refere ao modo como se disponibiliza informação e se produz conhecimento acadêmico em Libras e em português escrito.

Nesse entendimento, a formação bilíngue vai além da simples contratação de tradutores e intérpretes e envolve a configuração de espaços educacionais que reconheçam a Libras como um instrumento legítimo de ensino, de investigação e de construção científica. Embora a presença de profissionais que traduzem e interpretam em Libras seja necessária, isso por si só não resolve os problemas linguísticos enfrentados por estudantes surdos em cursos superiores, tornando urgente a definição de diretrizes institucionais que ampliem e aprofundem a formação de leitores e escritores bilíngues e que coloquem estudantes surdos como agentes ativos de suas próprias trajetórias educacionais.

Perante esse cenário, conseguir produzir e comunicar conhecimento através da Libras se tornou um empreendimento complexo e urgente. O ingresso crescente de estudantes surdos em programas de graduação e pós-graduação tem revelado o quanto é preciso aumentar e enriquecer o vocabulário específico e técnico que a Libras utiliza, notadamente criando formas de sinalizar conceitos e ideias pertencentes a áreas especializadas do saber. Nessa questão, o trabalho de catalogação de palavras e a criação de termos técnicos ganham relevância estratégica para elevar a capacidade expressiva da língua e para que todos possam ter acesso democratizado ao conhecimento.

De acordo com Albres (2023), é fundamental expandir o repertório de termos especializados em Libras para que a língua consiga exercer completamente sua função de intermediária na aprendizagem de conteúdos em diversos campos. A autora salienta que quando se cria sinais para designar conceitos acadêmicos, aumenta-se a riqueza de expressão da Libras e se potencializa sua presença em ambientes de educação, pesquisa e trabalho.

Assim, o levantamento e organização de palavras em Libras consolidam-se como ramo de estudo produtivo, dedicado à criação de obras de consulta, listas de termos e bancos de dados que respondam ao que a população surda precisa. Goettert e Bevilacqua (2023) assinalam que as obras que reúnem e explicam palavras em Libras servem a múltiplos propósitos: ajudam na comunicação do dia a dia, na formação de conceitos, na realização de tarefas práticas e na interpretação de sentidos, funcionando como recurso imprescindível tanto para quem quer aprender a língua quanto para quem precisa acessar informações. Além do mais, esses pesquisadores destacam que ambientes virtuais e aplicativos informáticos ampliam bastante as formas de buscar e disseminar esse material linguístico.

A criação de listas de termos em duas línguas e a produção de sinais para contextos específicos também têm favorecido maior abertura ao conhecimento científico e tecnológico. Pesquisas que tratam de como se elaboram termos especializados em Libras mostram que quando a comunidade surda participa ativamente da invenção desses novos sinais, sua integração melhora e ela passa a ter protagonismo na geração de saber. Segundo D'Azevedo (2019), a quantidade de

trabalhos que tratam de terminologia em Libras tem aumentado notavelmente porque governos e instituições têm investido em políticas de reconhecimento e valorização das línguas de sinais.

Este estudo se justifica pela importância de examinar de que forma elementos linguísticos, culturais, de organização de vocabulário e decisões políticas atuam conjuntamente para que estudantes surdos realmente consigam integrar-se e participar plenamente do ambiente universitário. Conquanto mudanças nas leis tenham aberto portas das universidades para pessoas surdas, ainda persistem obstáculos no que concerne a permanência desses estudantes, ao seu acesso genuíno à comunicação e à capacidade de criar e compartilhar conhecimento em Libras. Investigações recentes sugerem que incluir alunos surdos demanda mais que pequenos ajustes aqui e ali; requer transformações profundas que criem circunstâncias verdadeiramente favoráveis ao aprendizado e à vida acadêmica plena.

Por conseguinte, as escolhas sobre como orientar o uso e o ensino de línguas atuam de forma crucial na luta por inclusão. Reis e Lima (2022) apontam que o fortalecimento de escolas e universidades que adotam educação bilíngue marca uma vitória significativa dos movimentos de pessoas surdas no país, expandindo o reconhecimento de sua forma de ser, seus valores coletivos e seus direitos enquanto falantes de uma língua. As pesquisadoras afirmam que quando as instituições implementam diretrizes educacionais que realmente levam em conta o que as pessoas surdas precisam, cria-se a base necessária para que elas possam ingressar, continuar seus estudos e alcançar bom desempenho acadêmico.

Logo, investigar como se articulam o conhecimento sobre a língua de sinais, as práticas de educação bilíngue, a identidade e experiência de pessoas surdas, a catalogação e criação de vocabulário, as decisões sobre política de língua e a presença surda nas universidades torna-se necessário para avaliar avanços alcançados e desafios ainda enfrentados na busca por uma educação que verdadeiramente acolha a todos. O objetivo deste trabalho é examinar em conjunto esses vários elementos, mostrando como investir na Libras enquanto língua plena, honrar a identidade de pessoas surdas, ampliar o acervo de palavras para uso acadêmico e colocar em prática políticas linguísticas adequadas pode abrir caminho para um ensino superior mais justo e acessível, contribuindo para que os direitos educacionais de toda a comunidade surda sejam, de fato, respeitados e garantidos.

## **Referencial teórico**

### **Dimensões linguísticas, educacionais e culturais da libras na formação do sujeito surdo**

A compreensão da Libras como língua natural da comunidade surda representa uma das principais transformações epistemológicas ocorridas nos campos da Linguística, da Educação e dos Estudos Surdos nas últimas décadas. Tal reconhecimento rompe com concepções historicamente construídas que reduziam a surdez a uma condição exclusivamente biológica

ou clínica, deslocando o foco para uma perspectiva linguística e sociocultural. Nesse sentido, a Libras passa a ser compreendida como elemento constitutivo da subjetividade, da identidade e da participação social dos sujeitos surdos.

Os estudos linguísticos desenvolvidos sobre as línguas de sinais demonstraram que estas possuem todos os requisitos necessários para serem consideradas línguas naturais. Assim como as línguas orais, apresentam níveis fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos e pragmáticos organizados de maneira sistemática. Xavier e Neves (2016) destacam que os processos morfológicos presentes na Libras evidenciam a complexidade estrutural da língua, revelando mecanismos específicos de formação e modificação dos sinais. Os autores afirmam que fenômenos relacionados à flexão, derivação e composição ocorrem de forma sistemática na Libras, demonstrando sua riqueza gramatical e sua capacidade de expressar significados complexos.

Nesse contexto, a Linguística da Libras desempenha papel fundamental na compreensão dos processos de construção do conhecimento entre sujeitos surdos. A língua não constitui apenas um instrumento de comunicação, mas uma forma de organização do pensamento e de interpretação da realidade. Conforme argumenta Diniz (2010), a evolução histórica da Libras evidencia processos contínuos de mudança fonológica e lexical, demonstrando que a língua se desenvolve em estreita relação com as transformações sociais e culturais da comunidade que a utiliza. A autora observa que as mudanças linguísticas refletem tanto fatores internos da língua quanto aspectos socioculturais relacionados às práticas comunicativas da comunidade surda.

A esse respeito, torna-se pertinente recuperar a reflexão de Saussure (2006 *apud* Diniz, 2010), segundo a qual toda língua constitui um sistema dinâmico sujeito a transformações decorrentes do uso social. Tal compreensão permite reconhecer a Libras como uma língua viva, em constante desenvolvimento, capaz de incorporar novos conceitos, produzir novos sinais e adaptar-se às demandas comunicativas contemporâneas.

A dimensão educacional da Libras emerge como consequência direta de seu reconhecimento linguístico. Durante grande parte da história da educação de surdos, prevaleceram práticas pedagógicas fundamentadas na oralização e na negação das línguas de sinais. Essas abordagens desconsideravam as especificidades linguísticas dos estudantes surdos e produziam inúmeras barreiras para a aprendizagem e para a participação escolar.

Diante desse cenário, a educação bilíngue surge como uma proposta educacional que reconhece a Libras como primeira língua dos surdos e a Língua Portuguesa escrita como segunda língua. Essa perspectiva representa uma mudança paradigmática ao valorizar as experiências visuais e linguísticas da comunidade surda. Segundo Fernandes e Moreira (2017), o crescimento do acesso de estudantes surdos ao ensino superior demandou profundas mudanças institucionais voltadas à garantia do direito à educação bilíngue e à produção do conhecimento em Libras e em português escrito.

Os autores destacam que a inclusão efetiva de estudantes surdos não pode ser reduzida à simples presença de tradutores e intérpretes de Libras. Ao contrário, requer a implementação

de políticas institucionais capazes de promover o letramento acadêmico bilíngue, a produção de materiais acessíveis e a valorização da Libras como língua de instrução e pesquisa.

Nesse sentido, a educação bilíngue constitui um espaço privilegiado para o desenvolvimento linguístico, cognitivo e social dos sujeitos surdos. Ao possibilitar o acesso ao conhecimento por meio da língua natural, cria condições mais favoráveis para a aprendizagem e para a construção da autonomia intelectual. Como afirmam Reis e Lima (2022), a consolidação da educação bilíngue como modalidade educacional na legislação brasileira representa uma conquista histórica do movimento surdo, fortalecendo os direitos linguísticos e culturais dessa população.

A relevância da educação bilíngue também pode ser observada no contexto da formação acadêmica. Estudos recentes evidenciam que estudantes surdos enfrentam desafios relacionados à acessibilidade linguística, à permanência universitária e à participação em atividades científicas. Silva e Galizia (2025) argumentam que a inclusão de estudantes surdos no ensino superior exige mudanças estruturais que ultrapassem adaptações pontuais, envolvendo políticas permanentes de acessibilidade, formação docente e valorização da Libras como língua acadêmica.

A dimensão cultural da Libras, por sua vez, encontra-se profundamente articulada à construção da identidade surda. A cultura surda constitui um conjunto de práticas, valores, conhecimentos e formas de interação compartilhados pela comunidade surda. Nesse contexto, a língua de sinais assume papel central, funcionando como principal elemento de transmissão cultural e de fortalecimento identitário.

Martins e Araújo (2024) ressaltam que a cultura surda não pode ser compreendida separadamente da Libras, uma vez que é por meio dela que os sujeitos surdos constroem suas relações sociais, desenvolvem sua percepção de pertencimento e participam da vida comunitária. Os autores defendem que a educação bilíngue representa o caminho mais adequado para a formação integral dos surdos justamente porque respeita sua identidade linguística e cultural.

Quadros (1997 *apud* Martins; Araújo, 2024) afirma que a identidade surda se constitui a partir das experiências compartilhadas entre os membros da comunidade surda e do uso da língua de sinais como elemento de interação social. Tal perspectiva evidencia que a surdez não deve ser interpretada apenas como ausência da audição, mas como condição de pertencimento a uma comunidade linguística específica.

A relação entre língua, cultura e identidade pode ser observada também nos processos de criação lexical e terminológica da Libras. A ampliação do acesso de estudantes surdos à educação básica, ao ensino superior e à pós-graduação gerou novas demandas relacionadas à produção de sinais-termo e à expansão do vocabulário acadêmico. Nesse contexto, a lexicografia e a terminologia assumem importância estratégica para o fortalecimento da língua.

Segundo Albres (2023), a produção de sinais-termo acadêmicos constitui um processo essencial para o desenvolvimento da Libras como língua de instrução e produção científica. A autora destaca que o crescimento das pesquisas sobre glossários, dicionários e terminologias

especializadas reflete a necessidade de ampliar os recursos linguísticos disponíveis para a comunidade surda.

Nesse aspecto, merece destaque a seguinte reflexão:

A Educação de surdos passou por grandes transformações nas últimas décadas. De uma educação oralista que desprezava língua de sinais, da comunicação total que aproveitava dos sinais como um recurso técnico, à concepção da educação bilíngue que coloca no centro a língua de sinais como língua de instrução e língua de aprendizagem. Assim se passaram cinquenta anos (Albres, 2023, p. 2).

A valorização da Libras está diretamente relacionada às mudanças ocorridas nos paradigmas educacionais voltados à comunidade surda. O fortalecimento da língua de sinais enquanto instrumento de ensino e aprendizagem contribui para ampliar as possibilidades de acesso ao conhecimento e de participação acadêmica dos sujeitos surdos.

Além disso, os estudos lexicográficos têm demonstrado que os dicionários e glossários em Libras constituem importantes ferramentas pedagógicas. Goettert e Bevilacqua (2023) observam que essas obras oferecem recursos capazes de atender necessidades comunicativas, cognitivas, interpretativas e educacionais dos usuários, fortalecendo tanto a aprendizagem da Libras quanto o acesso ao conhecimento em diferentes áreas.

Assim, as dimensões linguísticas, educacionais e culturais da Libras apresentam-se como elementos indissociáveis na formação do sujeito surdo. A língua constitui o principal instrumento de mediação da aprendizagem e da participação social; a educação bilíngue configura-se como estratégia de garantia dos direitos linguísticos e educacionais; e a cultura surda fortalece os processos identitários e o sentimento de pertencimento comunitário.

Portanto, compreender a formação do sujeito surdo exige reconhecer a centralidade da Libras enquanto patrimônio linguístico e cultural da comunidade surda, bem como a necessidade de políticas educacionais que promovam o acesso, a permanência e a produção de conhecimento em contextos bilíngues. A articulação entre língua, educação e cultura revela-se fundamental para a construção de práticas inclusivas capazes de assegurar o pleno desenvolvimento acadêmico, social e humano dos estudantes surdos.

## Lexicografia, sinais-termo e políticas linguísticas na produção de conhecimento e inclusão no Ensino Superior

A discussão sobre lexicografia, sinais-termo e políticas linguísticas no contexto da Libras insere-se em um campo teórico de grande relevância para a compreensão dos processos de produção de conhecimento, acessibilidade linguística e inclusão de estudantes surdos no ensino superior. A presença crescente de sujeitos surdos nos espaços acadêmicos exige que a Libras seja reconhecida não apenas como língua de interação cotidiana, mas também como língua de circulação científica, produção conceitual e mediação pedagógica. Nesse sentido, a construção

de glossários, dicionários, léxicos especializados e sinais-termo configura-se como uma ação linguística, educacional e política, pois amplia as possibilidades de acesso ao conhecimento e fortalece a permanência acadêmica da comunidade surda.

A lexicografia em Libras pode ser compreendida como campo responsável pelo registro, organização, descrição e sistematização do léxico da língua. No entanto, quando se trata de áreas especializadas do conhecimento, como Matemática, Biologia, Educação, Linguística, Saúde, Direito ou Ensino Superior, torna-se necessário recorrer também à terminologia e à terminografia, uma vez que os conceitos acadêmicos demandam sinais específicos, construídos com critérios linguísticos, semânticos, culturais e pedagógicos. Assim, a lexicografia e a terminografia em Libras não se limitam à simples tradução de palavras da Língua Portuguesa para sinais; envolvem processos complexos de criação, validação, circulação e apropriação dos sinais-termo pela comunidade surda.

Segundo Albres (2023/2024), a produção de sinais-termo acadêmicos torna-se fundamental porque o vocabulário especializado exerce papel decisivo nos processos de ensino e aprendizagem. A autora destaca que a Libras precisa de desenvolvimento terminológico para cumprir sua função de mediação do conhecimento em diferentes áreas e níveis de ensino. Dessa forma, a ausência de sinais-termo pode constituir barreira linguística para estudantes surdos, professores e tradutores-intérpretes educacionais.

A Educação de surdos passou por grandes transformações nas últimas décadas. De uma educação oralista que desprezava língua de sinais, da comunicação total que aproveitava dos sinais como um recurso técnico, à concepção da educação bilíngue que coloca no centro a língua de sinais como língua de instrução e língua de aprendizagem (Albres, 2023/2024, p. 2).

A produção de sinais-termo deve ser compreendida no interior de uma mudança paradigmática mais ampla: a passagem de modelos educacionais que marginalizavam a língua de sinais para uma concepção bilíngue que reconhece a Libras como língua de instrução, aprendizagem e produção de saber. Nesse contexto, a lexicografia e a terminologia deixam de ser apenas áreas técnicas de registro vocabular e passam a constituir instrumentos de justiça linguística e epistemológica.

No ensino superior, essa discussão torna-se ainda mais significativa, pois a universidade trabalha com conceitos abstratos, categorias teóricas, metodologias científicas e terminologias específicas. A ausência de sinais-termo consolidados pode dificultar a compreensão de conteúdos acadêmicos, a participação em debates, a elaboração de pesquisas e a formação profissional de estudantes surdos. Por isso, Albres (2023/2024) afirmam que o desenvolvimento terminológico da Libras está diretamente relacionado à aprendizagem e à interação acadêmica.

Um dos campos que faz uso do material publicado como dicionário ou do crescimento da Libras a partir da ampliação lexical de diferentes áreas do conhecimento é o campo educacional. Nesse sentido, o presente artigo tem seu foco na produção de sinais-terminos para as áreas dos conhecimentos que são ensinadas nas escolas e universidades (Albres, 2023/2024, p. 3).

Essa perspectiva permite compreender que a criação de sinais-termo não é uma atividade isolada, mas um processo vinculado às demandas concretas da educação bilíngue. Quando estudantes surdos ingressam em cursos superiores, especialmente em áreas científicas e técnicas, surge a necessidade de nomear conceitos que nem sempre possuem correspondência já estabilizada na Libras. Assim, a produção de sinais-termo constitui uma resposta linguística às necessidades pedagógicas e acadêmicas vivenciadas por sujeitos surdos.

De modo indireto, pode-se afirmar, com base em Albres (2023/2024), que os sinais-termo favorecem a mediação entre língua, conceito e aprendizagem. A autora observa que a falta de sinais é frequentemente compreendida como um dos fatores que interferem negativamente no desenvolvimento acadêmico de alunos surdos. Isso ocorre porque, sem uma base terminológica em Libras, o estudante passa a depender excessivamente da soletração manual, de explicações fragmentadas ou de traduções improvisadas, o que pode comprometer a compreensão conceitual.

A terminologia em Libras, portanto, não deve ser reduzida a um processo espontâneo de criação lexical. Ela exige critérios de formação, validação comunitária, coerência conceitual, registro audiovisual e circulação em materiais pedagógicos acessíveis. Nesse sentido, a construção de fichas terminológicas, glossários digitais e dicionários especializados torna-se indispensável para que a Libras acompanhe a expansão das áreas do conhecimento no ensino superior.

Albres (2023/2024) também destaca que o processo de formação de sinais tem sido estudado pela Linguística desde a década de 1990, especialmente em relação à estrutura morfológica e lexical da Libras. A autora retoma estudos de Ferreira-Brito, Quadros, Karnopp e Felipe para demonstrar que a Libras apresenta processos de formação de sinais, como derivação, composição, incorporação numeral e incorporação de negação.

O processo de formação dos sinais, ou seja, das unidades com significado da Libras, vêm sendo estudado desde os anos de 1990 pela linguística. Voltados para a estrutura morfológica e lexical das línguas de sinais constataram que a Libras apresenta um considerável número de processos que formam sinais (Albres, 2023/2024, p. 4).

Essa citação comprova que a criação de sinais-termo deve considerar a estrutura interna da Libras, e não apenas a necessidade de traduzir termos da Língua Portuguesa. A formação de sinais especializados precisa respeitar os parâmetros linguísticos da língua, como configuração de mão, ponto de articulação, movimento, orientação e expressões não manuais, além de considerar aspectos semânticos e culturais. Dessa forma, a terminologia acadêmica em Libras deve estar ancorada na própria gramática da língua.

Nesse ponto, é possível recorrer à citação de citação. Conforme Ferreira-Brito (1995), Quadros e Karnopp (2004) e Felipe (2006), citados por Albres (2023/2024), a Libras apresenta processos morfológicos produtivos, responsáveis pela formação e ampliação de sinais. Tal entendimento demonstra que a língua possui mecanismos internos capazes de sustentar a criação de novos sinais-termo, desde que esses processos sejam analisados e sistematizados de forma científica.

A lexicografia em Libras também se relaciona ao registro e à preservação do léxico. Conforme Albres (2023/2024), os glossários em Libras possuem função semelhante aos glossários de línguas orais, mas apresentam especificidades relacionadas à modalidade visuoespacial da língua. A autora cita Durão e Sutton-Spence para afirmar que os glossários contribuem para esclarecer significados, eliminar ambiguidades e preservar o léxico da Libras.

“Durão e Sutton-Spence (2022, p. 11), conhecendo a origem de glossários, comparam que em Libras os glossários têm a mesma finalidade de ‘esclarecer o significado das palavras e expressões que por si só não fosse evidente’. Acrescentam que têm como função também ‘a eliminação de ambiguidades e confusões na execução dos sinais, e para a padronização e preservação do léxico da Libras’ (Durão; Sutton-Spence, 2022, p. 11-14 *apud* Albres, 2023/2024, p. 4).

Os glossários em Libras cumprem função pedagógica, linguística e sociocultural. Pedagógica, porque auxiliam estudantes, professores e intérpretes na compreensão de conceitos; linguística, porque registram e organizam os sinais; e sociocultural, porque preservam formas de expressão próprias da comunidade surda. No ensino superior, esses glossários tornam-se ainda mais necessários, pois os conteúdos acadêmicos exigem precisão terminológica e estabilidade conceitual.

A produção de materiais lexicográficos em Libras também está associada ao uso de tecnologias digitais. Diferentemente das línguas orais, que tradicionalmente registram dicionários em suporte escrito, as línguas de sinais exigem registros visuais, preferencialmente por meio de vídeos. Isso ocorre porque a dimensão espacial, o movimento, a expressão facial e a orientação corporal são elementos constitutivos dos sinais. Desse modo, dicionários e glossários digitais tornam-se mais adequados para registrar a Libras em sua modalidade própria.

D’Azevedo (2019), ao discutir a elaboração de glossário bilíngue Libras-Português na área da Matemática, observa que as obras terminográficas em línguas de sinais cresceram nos últimos anos em decorrência de políticas linguísticas, lacunas terminológicas e avanços das pesquisas em Lexicologia e Terminologia.

A produção de obras terminográficas em Línguas de Sinais teve um aumento importante nos últimos anos. Segundo Tuxi (2016, p. 1), este aumento deve-se, principalmente, pelo(a): i) reflexo da política linguística da língua de sinais no Brasil, que está em constante movimento de validação social; ii) constatação pela comunidade surda da lacuna lexical e terminológica no âmbito do discurso comum e de especialidade em Libras, principalmente nos espaços acadêmicos e iii) aumento das pesquisas realizadas no âmbito da Linguística, em especial, na área de Lexicologia e Terminologia. (Tuxi, 2016, p. 1 *apud* D’azevedo, 2019, p. 2).

Essa citação evidencia três dimensões fundamentais da produção terminográfica em Libras: a dimensão política, a dimensão comunitária e a dimensão científica. A dimensão política refere-se à validação social da Libras e ao reconhecimento de seus direitos linguísticos. A dimensão comunitária relaciona-se à percepção, pela própria comunidade surda, das lacunas

lexicais existentes nos contextos acadêmicos. A dimensão científica, por sua vez, envolve o crescimento das pesquisas linguísticas dedicadas à Lexicologia, Terminologia e Terminografia da Libras.

Nesse sentido, os sinais-termo devem ser compreendidos como unidades linguísticas especializadas que designam conceitos próprios de determinadas áreas do saber. Diferenciam-se de sinais de uso comum porque estão vinculados a campos específicos do conhecimento e exigem maior precisão conceitual. Um sinal-termo da área da Matemática, por exemplo, precisa representar adequadamente determinado conceito matemático; um sinal-termo da Biologia deve corresponder a uma noção científica específica; e um sinal-termo da Linguística precisa manter relação conceitual com categorias teóricas próprias desse campo.

D'Azevedo (2019) também discute a diferença entre lexicografia e terminografia. Com base em Barros (2004), o autor explica que a lexicografia registra unidades lexicais em suas diferentes acepções no sistema linguístico, enquanto a terminografia registra termos pertencentes a domínios especializados. Assim, quando se trata de glossários acadêmicos em Libras, especialmente vinculados a disciplinas universitárias, está-se diante de uma prática terminográfica.

De forma indireta, D'Azevedo (2019) permite compreender que a terminografia em Libras deve considerar tanto a equivalência entre línguas quanto a especificidade conceitual dos termos. Isso significa que não basta apresentar uma palavra em português e seu respectivo sinal; é necessário incluir definição, contexto de uso, exemplo, vídeo, variações possíveis, área de conhecimento e, quando possível, informações gramaticais e semânticas.

A distinção entre dicionário terminológico e glossário é apresentada por Faulstich, citada por D'Azevedo (2019). Essa diferenciação é importante para orientar a elaboração de materiais acadêmicos em Libras.

Dicionário de terminologia é o dicionário que apresenta a terminologia de uma ou de várias áreas científicas ou de áreas técnicas, disposta em ordem sistêmica ou em ordem alfabética, ou, ainda, em ordem alfabética e sistêmica ao mesmo tempo. [...] O glossário apresenta um conjunto de termos, normalmente de uma área, apresentados em ordem sistêmica ou em ordem alfabética, seguidos de informação gramatical, definição, remissivas, podendo apresentar ou não o contexto de ocorrência do termo. (Faulstich, 2010, p. 177-178 *apud* D'azevedo, 2019, p. 4).

Essa citação permite afirmar que a organização de glossários em Libras deve seguir princípios científicos, e não apenas listas informais de sinais. No campo acadêmico, glossários devem apresentar critérios claros de seleção, descrição e validação dos termos. Devem também considerar o público-alvo, a área de especialidade, os objetivos pedagógicos e a forma de acesso às informações.

A produção de glossários e sinais-termo também se relaciona diretamente às políticas linguísticas. As políticas linguísticas são ações, decisões e normas que regulam o reconhecimento, o uso, a circulação e o ensino das línguas em determinada sociedade. No caso da Libras, envolvem

leis, decretos, diretrizes educacionais, programas institucionais, formação de professores, presença de intérpretes, produção de materiais bilíngues e incentivo à pesquisa em língua de sinais.

Fernandes e Moreira (2017) ressaltam que o ingresso progressivo de estudantes surdos no ensino superior demandou mudanças institucionais relacionadas ao direito à educação bilíngue. Para as autoras, esse direito implica oportunizar acesso e produção de conhecimento em Libras e em Língua Portuguesa escrita. Tal perspectiva reforça a ideia de que a inclusão acadêmica não se limita à matrícula, mas envolve condições linguísticas reais para permanência e aprendizagem.

O ingresso progressivo de estudantes surdos ao ensino superior, na última década, demandou mudanças institucionais importantes quanto ao direito à educação bilíngue, ou seja, oportunizar acesso e produção de conhecimento em Língua Brasileira de Sinais (Libras) e em Língua Portuguesa na modalidade escrita (Fernandes; Moreira, 2017, p. 127).

Essa citação é fundamental para compreender a relação entre políticas linguísticas e produção de conhecimento. Se o estudante surdo tem direito à educação bilíngue, então a universidade precisa garantir não apenas intérpretes, mas também materiais bilíngues, glossários, sinais-termo, metodologias adequadas, formação docente e espaços de produção científica em Libras. A ausência desses recursos pode transformar a presença física do estudante surdo na universidade em uma inclusão apenas formal.

As autoras também problematizam a centralidade atribuída ao tradutor-intérprete de Libras nas políticas de inclusão. Embora o intérprete seja indispensável, sua atuação isolada não resolve todas as demandas linguísticas e pedagógicas dos estudantes surdos. A inclusão no ensino superior exige ações institucionais mais amplas, envolvendo letramento acadêmico bilíngue, participação dos estudantes surdos no planejamento das políticas e produção de materiais acessíveis.

Nesse sentido, Fernandes e Moreira (2017) defendem que o processo inclusivo se constitui na interação dialógica entre pesquisadores, profissionais especializados e estudantes surdos. Essa perspectiva desloca o estudante surdo da posição de mero beneficiário da política para a posição de sujeito ativo na construção das condições de acesso e permanência.

A política linguística, portanto, deve reconhecer a Libras como língua de produção acadêmica. Isso significa criar condições para que o estudante surdo possa pesquisar, apresentar trabalhos, produzir vídeos acadêmicos, construir glossários, participar de bancas, elaborar conceitos e divulgar conhecimento em sua língua. No ensino superior, a Libras deve circular nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, e não apenas aparecer como recurso de tradução.

A inclusão no ensino superior também envolve o enfrentamento de lacunas estruturais. Fernandes e Moreira (2017) afirmam que a política nacional de educação inclusiva, quando aplicada ao ensino superior, enfatiza recursos de acessibilidade, mas nem sempre contempla suficientemente as especificidades linguísticas dos estudantes surdos. Essa limitação demonstra que acessibilidade comunicacional não é sinônimo de educação bilíngue plena.

Conforme as autoras, a educação superior precisa promover acesso, permanência e participação dos estudantes, considerando recursos arquitetônicos, comunicacionais, tecnológicos, materiais didáticos e pedagógicos. Contudo, no caso dos estudantes surdos, tais recursos precisam estar articulados à política linguística bilíngue, pois a barreira principal não é apenas física ou tecnológica, mas linguística e epistemológica.

Dessa forma, a produção de sinais-termo pode ser considerada uma estratégia de permanência acadêmica. Ao disponibilizar termos científicos em Libras, a universidade contribui para reduzir barreiras de compreensão, amplia a autonomia dos estudantes surdos, qualifica a atuação de intérpretes e favorece a formação de professores bilíngues. Além disso, glossários acadêmicos podem auxiliar estudantes ouvintes, docentes e pesquisadores a reconhecerem a Libras como língua científica.

A criação de sinais-termo também precisa considerar a participação da comunidade surda. Não se trata de impor sinais a partir de uma lógica exclusivamente ouvinte ou tradutória, mas de construir coletivamente formas linguísticas que façam sentido para os usuários da Libras. Nesse processo, estudantes surdos, professores surdos, intérpretes, especialistas da área e linguistas devem dialogar para validar os sinais e garantir sua adequação conceitual e linguística.

Nesse ponto, pode-se afirmar, por citação indireta, que Tuxi (2016 *apud* D'Azevedo, 2019) compreende o crescimento das obras terminográficas como resultado da validação social da língua de sinais e da percepção das lacunas lexicais nos espaços acadêmicos. Essa compreensão reforça que a terminologia em Libras nasce de uma necessidade social e política, e não apenas de uma preocupação técnica.

Também por citação indireta, Correia (2009 *apud* D'Azevedo, 2019) relaciona a produção de dicionários à afirmação linguística e histórica de um povo. Aplicada à Libras, essa ideia permite compreender que os dicionários e glossários não apenas registram sinais, mas também fortalecem a existência pública da língua e da comunidade surda. Assim, cada glossário em Libras representa uma forma de afirmar que a língua de sinais é capaz de nomear o mundo acadêmico, científico e profissional.

A produção de conhecimento em Libras está, portanto, diretamente ligada à expansão de sua base lexical e terminológica. Sem sinais-termo, muitos conceitos permanecem dependentes da Língua Portuguesa escrita, o que pode limitar a autonomia linguística dos estudantes surdos. Com sinais-termo bem estruturados, ao contrário, a Libras amplia sua capacidade de expressar conceitos especializados e fortalece sua presença nos espaços científicos.

No ensino superior, essa discussão assume caráter urgente. A graduação e a pós-graduação exigem domínio de gêneros acadêmicos, leitura de textos especializados, participação em aulas teóricas, elaboração de trabalhos científicos, apresentação de seminários e produção de pesquisas. Para estudantes surdos, esses processos tornam-se mais acessíveis quando há materiais bilíngues, glossários especializados, vídeos em Libras e políticas institucionais de apoio linguístico.

Assim, a inclusão acadêmica de estudantes surdos deve ser pensada para além da matrícula e da presença do intérprete. Ela exige uma política linguística institucional que reconheça a Libras como língua de conhecimento, estimule a criação de sinais-termo, valorize a cultura surda, forme docentes para práticas bilíngues e promova a produção científica em formatos acessíveis. A universidade inclusiva não é aquela que apenas recebe estudantes surdos, mas aquela que transforma suas práticas linguísticas, pedagógicas e epistemológicas para garantir participação efetiva.

Portanto, a articulação entre lexicografia, sinais-termo e políticas linguísticas constitui eixo fundamental para a democratização do ensino superior. A lexicografia registra e organiza o léxico; a terminografia sistematiza os conceitos especializados; os sinais-termo permitem a circulação do conhecimento científico em Libras; e as políticas linguísticas garantem as condições institucionais para que esses processos ocorram de forma legítima e permanente.

Diante disso, conclui-se que a produção de glossários, dicionários e sinais-termo em Libras não representa apenas uma atividade complementar à educação de surdos, mas uma dimensão central da inclusão acadêmica. Trata-se de uma prática que fortalece a Libras, amplia o acesso ao conhecimento, promove o protagonismo surdo e contribui para a construção de uma universidade efetivamente bilíngue, democrática e comprometida com a diversidade linguística.

## **Conclusão**

Diante das discussões desenvolvidas, compreende-se que a Libras ocupa lugar central na formação linguística, educacional, cultural e acadêmica do sujeito surdo. Ao ser reconhecida como língua natural da comunidade surda brasileira, a Libras deixa de ser compreendida como simples recurso comunicativo e passa a ser assumida como sistema linguístico completo, dotado de estrutura própria, historicidade, organização gramatical e capacidade de produção de conhecimento. Assim, sua presença nos espaços educacionais, especialmente no ensino superior, representa não apenas uma estratégia de acessibilidade, mas uma condição fundamental para a garantia dos direitos linguísticos, culturais e educacionais das pessoas surdas.

A análise das dimensões linguísticas da Libras evidencia que essa língua possui mecanismos próprios de constituição fonológica, morfológica, lexical, sintática e semântica. Sua modalidade visuoespacial demonstra que a produção de sentido se realiza por meio do corpo, das mãos, do espaço, do movimento, das expressões faciais e das marcações não manuais. Desse modo, a Libras possibilita ao sujeito surdo organizar o pensamento, construir relações sociais, interpretar o mundo e participar de diferentes práticas discursivas. Portanto, a valorização da Libras no processo formativo do sujeito surdo constitui elemento indispensável para o seu desenvolvimento cognitivo, social e acadêmico.

No campo educacional, constatou-se que a educação bilíngue representa um avanço significativo em relação aos modelos historicamente baseados na oralização e na negação da língua de sinais. Ao reconhecer a Libras como primeira língua e a Língua Portuguesa escrita

como segunda língua, a proposta bilíngue cria condições mais adequadas para a aprendizagem e para a permanência dos estudantes surdos nos espaços escolares e universitários. Entretanto, a efetivação dessa perspectiva exige mais do que a presença de tradutores e intérpretes de Libras; requer políticas institucionais, formação docente, materiais didáticos bilíngues, metodologias visuais e reconhecimento da cultura surda como parte constitutiva do processo educativo.

No que se refere à cultura surda, observa-se que a Libras é um elemento essencial na construção da identidade, do pertencimento e da participação social dos sujeitos surdos. A cultura surda não pode ser compreendida de forma isolada da língua, pois é por meio da Libras que se fortalecem as experiências coletivas, as formas de interação, os valores comunitários e os modos próprios de produção de sentido. Assim, a formação do sujeito surdo está diretamente relacionada ao reconhecimento de sua condição linguística e cultural, superando visões reducionistas que tratam a surdez apenas como deficiência.

A discussão sobre lexicografia, sinais-termo e produção de conhecimento em Libras demonstrou que a ampliação lexical da língua é uma necessidade urgente no ensino superior. A presença de estudantes surdos em cursos de graduação e pós-graduação demanda a criação, o registro e a circulação de sinais-termo capazes de expressar conceitos científicos, técnicos e acadêmicos. Nesse sentido, glossários, dicionários, sinalários e repositórios digitais em Libras constituem instrumentos fundamentais para a democratização do conhecimento, para o fortalecimento da língua e para a autonomia acadêmica dos estudantes surdos.

As políticas linguísticas, por sua vez, revelam-se indispensáveis para que a Libras seja efetivamente incorporada às práticas institucionais do ensino superior. A inclusão não pode ser compreendida apenas como matrícula ou presença física do estudante surdo na universidade. Trata-se de garantir condições reais de acesso, permanência, participação e produção científica em Libras. Portanto, uma universidade inclusiva precisa assumir a Libras como língua de ensino, pesquisa, extensão e produção acadêmica, promovendo práticas bilíngues e reconhecendo o protagonismo surdo.

Conclui-se, portanto, que a articulação entre Linguística da Libras, educação bilíngue, cultura surda, lexicografia, políticas linguísticas e inclusão no ensino superior constitui um caminho fundamental para a construção de uma educação mais democrática, acessível e socialmente comprometida. A Libras, nesse processo, não é apenas meio de comunicação, mas fundamento de identidade, instrumento de aprendizagem, expressão cultural e língua de produção de conhecimento. Dessa forma, fortalecer sua presença nos espaços acadêmicos significa reconhecer o direito dos sujeitos surdos de aprender, pesquisar, ensinar, produzir e participar plenamente da vida universitária em sua própria língua.

## Referências

ALBRES, Neiva de Aquino. Produção de sinais-terms em Libras para conceitos acadêmicos: uma revisão sistemática e suas contribuições para surdos, professores e tradutores e intérpretes

educacionais. **Revista GTLex**, Uberlândia, v. 9, p. e0917, 2024. DOI: 10.14393/Lex-v9a2023/24-17. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/GTLex/article/view/72942>. Acesso em: 29 mai. 2026.

BARROS, Lídia Almeida. **Curso básico de terminologia**. São Paulo: EDUSP, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021**. Altera a Lei nº 9.394/1996 para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 ago. 2021.

CARNIEL, Fagner. A reviravolta discursiva da Libras na educação superior. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, e230027, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/rDd6XLCGGxTKNKC3Y5mZcJJ/?lang=pt>. Acesso em: 29 mai. 2026.

D'AZEVEDO, Rodolpho Pinheiro. Elaboração de glossário bilíngue Libras – Português dos termos da matemática: análise de obras terminográficas em 4 línguas de sinais disponíveis em plataformas online. **The ESPECIALIST**, [S. l.], v. 40, n. 3, 2019. DOI: 10.23925/2318-7115.2019v40i3a17. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/view/42516>. Acesso em: 29 mai. 2026.

DINIZ, Heloise Gripp. **A história da Língua de Sinais Brasileira (Libras): um estudo descritivo de mudanças fonológicas e lexicais**. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

FERNANDES, Sueli; MOREIRA, Laura Ceretta. **Políticas de educação bilíngue para estudantes surdos: contribuições ao letramento acadêmico no ensino superior**. Educar em Revista, Curitiba, n. especial 3, p. 127-150, dez. 2017.

FRANCO, Monique. **Educação superior bilíngue para surdos: o sentido da política inclusiva como espaço da liberdade: primeiras aproximações**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 15, n. 1, p. 15-30, jan./abr. 2009.

FAULSTICH, Enilde. Para gostar de ler um dicionário. In: RAMOS, Conceição de Maria de Araujo et al. (org.). **Pelos caminhos da dialetologia e da sociolinguística: entrelaçando saberes e vida: homenagem a Socorro Aragão**. São Luís: EDUFMA, 2010. p. 166-185.

FELIPE, Tanya Amara. Os processos de formação de palavra na Libras. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 200-217, jun. 2006.

FERREIRA-BRITO, Lucinda. **Por uma gramática de línguas de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

GOETTERT, Nelson; BEVILACQUA, Cleci Regina. Lexicografia em Libras: análise de três

dicionários disponíveis on-line. **ReVEL**, edição especial, v. 21, n. 20, 2023.

MARTINS, Mateus Rezende; ARAUJO, Bruno Roberto Nantes. Cultura, língua e identidade surda: da inclusão à educação bilíngue. **Primeira Escrita**, v. 11, n. 2, p. 20-34, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revpres/article/view/21847>. Acesso em: 29 mai. 2026.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

REIS, Flaviane; LIMA, Marisa Dias. Educação bilíngue de surdos na LDB: uma nova conquista do movimento surdo. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 24, n. 4, p. 761-780, 2022. DOI: 10.20396/etd.v24i4.8670061. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8670061>. Acesso em: 29 mai. 2026.

SILVA, Erliandro Felix; SONZA, Andréa Poletto; ROCHA, Luiz Renato Martins da; GOMIDES, Paula Aparecida Diniz. Educação de surdos: glossários de sinais-termo em Libras e a formação de professores bilíngues. **Ensino & Pesquisa**, União da Vitória, v. 22, n. 2, p. 102-118, abr./ago. 2024. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/ensinoepesquisa/article/view/8202>. Acesso em: 29 mai. 2026.

SILVA, Yara Rosa Romanelli Campos Gonçalves da; GALIZIA, Fernando Stanzione. A inclusão de estudantes surdos no ensino superior: desafios dessa realidade. **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 51, n. 00, p. e282663, 2025. DOI: 10.1590/S1678-4634202551282663por. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ep/article/view/240036>. Acesso em: 29 mai. 2026.

TUXI, Patrícia. Dicionário, glossário ou vocabulário? Uma análise de obras lexicográficas e terminográficas em Língua Brasileira de Sinais. In: **CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISAS EM LINGUÍSTICA DE LÍNGUAS DE SINAIS**, 1., 2016, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2016. p. 1-15.

XAVIER, André Nogueira; NEVES, Sylvia Lia Grespan. DESCRIÇÃO DE ASPECTOS DA MORFOLOGIA DA LIBRAS. **Revista Sinalizar**, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 130-151, 2016. DOI: 10.5216/rs.v1i2.43933. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revsinal/article/view/43933>. Acesso em: 29 mai. 2026.